

# Juscelino Filho acentua os problemas do Planalto

Ministro foi indiciado pela PF por suspeita de corrupção

Pôr Ana Paula Marques

Não é de hoje que denúncias de corrupção contornam o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil). A situação, porém, agravou-se na quarta-feira (12), depois que a Polícia Federal (PF) decidiu indiciá-lo oficialmente por crimes como corrupção passiva, fraude em licitações e organização criminosa. O que era denúncia, virou investigação, e colocou o governo em uma posição de impasse, acentuando um problema que cerca o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: ministros que pouco entregam e dão dor de cabeça.

O impasse que o governo agora deve enfrentar é evidenciado desde janeiro de 2023, quando a imprensa começou a revelar casos de mau uso do dinheiro público pelo ministro. Uma delas motivou o indiciamento pelo suposto envolvimento em desvios da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codelvasf). O inquérito foi aberto a partir de uma série de reportagens reveladas pelo jornal O Estado de S.Paulo, que mostrou que Juscelino Filho colocou R\$ 5 milhões do orçamento secreto na Prefeitura de Vitorino Freire (MA), comandada por sua irmã, Luanna Rezende (União).

O futuro do ministro deve ser decidido somente na próxima semana, somente quando o presidente Lula voltar da viagem que faz à Itália para a reunião do G-7 que deve terminar na sexta-feira (14). O que se comentava ontem, porém, na Esplanada dos Ministérios, é que a situação de Juscelino Filho pode ter se tornado insustentável após o indiciamento.

## TCU aprova contas do governo em 2023, com ressalvas

Por Ana Paula Marques

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade, na quarta-feira (12), as contas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de 2023, mas com ressalvas. O relatório sobre as contas foi proposto pelo ministro Vital do Rêgo. Os outros oito integrantes do TCU seguiram o voto do relator.

Vital do Rêgo votou pela aprovação com ressalvas por conta de “distorções contábeis” no Balanço-Geral da União, que, na prática, são os resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais da União. Segundo o relator, as distorções de valor geraram um impacto de R\$ 109 bilhões no balanço do governo, distribuídos em ativos, passivos e patrimônio. Além de apontar que foram descumpridas a Constituição e a legislação na sanção

## PF mira presidente do Solidariedade

A Polícia Federal realizou ontem (12), uma operação contra uma suposta organização criminosa responsável pelo desvio de recursos do fundo partidário e eleitoral nas eleições de 2022. O presidente nacional do Solidariedade, Eurípedes Júnior, foi o principal alvo da operação, denominada Fundo no Poço, e já é considerado foragido. Eurípedes também foi dirigente do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), e já teria conhecimento do mandado de prisão expedido contra ele. O dirigente partidá-

rio é investigado por organização criminosa, lavagem de dinheiro, furto qualificado, apropriação indébita, apropriação de recursos do financiamento eleitoral e falsidade ideológica.

As investigações tiveram início a partir de denúncia do então presidente do partido, acerca do desvio de aproximadamente R\$ 36 milhões da legenda.

Foram cumpridos sete mandados de prisão preventiva, 45 mandados de busca e apreensão em dois estados (GO e SP) e no DF, bloqueio e indisponibilidade

de R\$ 36 milhões e o sequestro judicial de 33 imóveis, deferidos pela Justiça Eleitoral do DF.

Por meio de Relatórios de Inteligência Financeira e da análise de prestações de contas de supostos candidatos, foram localizados indícios que apontam para existência de uma organização criminosa estruturalmente ordenada com o objetivo de desviar e se apropriar de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral, utilizando-se de candidaturas laranjas ao redor do país, de superfaturamento de serviços de consultoria

PL das “saidinhas”, visto como uma grande derrota para o governo, o União Brasil teve seis votos contra Lula e nenhum a favor no Senado. Já na Câmara dos Deputados, 54 votaram para a derrubada do veto e apenas um votou para a permanência, que foi justamente a ex-ministra do Turismo Daniela Carneiro, que foi trocada por Lula por pressão do partido. Quem assumiu seu lugar foi um colega de sigla, Celso Sabino.

### Reforma

Segundo André César, o caso de Juscelino Filho poderá ser o pontapé para o presidente Lula pensar em uma grande reforma ministerial. “O alto escalão do governo não está entregando. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Márcio Macêdo, estão falhando na articulação dentro do Congresso e isso se reflete nas

Casas Legislativas, onde os projetos só são aprovados aos trancos e os barrancos e fazendo muitas concessões”, explica.

Mas para a analista de política da BMJ Consultores Associados Raquel Alves, uma mudança grande só acontecerá no ano que vem depois de já estabelecidos os novos presidentes do Senado e Câmara. “Sem dúvida, é necessária uma reforma. Porém, é preciso ter calma. O presidente só fará isso após ter certeza se esses partidos escolhidos para os ministérios darão mais segurança ou não nas votações do governo”, declarou.

### União Brasil

Em nota assinada pelo presidente do partido, Antonio Rueda, o União Brasil defendeu o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e afirmou que não irá “admitir pré-julgamentos e condenações antecipadas” sobre o ministro. É uma blindagem do partido para o analista político Melillo Dinis, que também avalia que uma decisão de Lula agora será somente pontual.

“O caso do Ministro Juscelino Filho não deve acelerar a vontade de Lula de realizar uma reforma, exceto para mudar somente o ministro, diante de dois fatores: a dinâmica do União Brasil no Congresso Nacional, partido do ministro, e a proximidade das eleições municipais, quando será testada a força dos partidos ‘aliados’ ou ‘próximos’”, explica.

O ministro Juscelino Filho, também em nota, negou que tenha cometido irregularidades na indicação de emendas parlamentares e afirmou que provará, na Justiça, a sua inocência.

Imposto de Renda, incentivos às montadoras de automóveis no projeto recém aprovado do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) são alguns exemplos desses gastos tributários.

### Concessão

No relatório, Vital do Rêgo também apontou indícios de irregularidades na concessão de benefícios tributários pelo Executivo, a renúncia de receita aumentou 295% no período de 2023 a 2026, na comparação com 2021 a 2024, o relatório ainda aponta que a sanção e implementação de benefícios dentro das leis do programa Minha Casa Minha Vida, Pronac e de taxaço da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não obedeceram às regras vigentes.

“É, no mínimo, de se questionar até que ponto há legitimidade nesse modelo”, anotou.

jurídica e desvio de recursos partidários destinados à Fundação de Ordem Social (FOS) – fundação do partido.

Além de Eurípedes, ex-presidente do PROS, os mandados miram outros ex-candidatos e ex-dirigentes do partido, a exemplo de Cintia Lourenço da Silva, que exercia a função de primeira tesoureira, além de Alessandro, mais conhecido como Sandro do PROS, ex-candidato a deputado federal. Ex-deputado distrital, Berinaldo da Ponte também foi alvo de mandado de busca e apreensão.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Ministro Vital do Rêgo criticou benesses

## Governo e Congresso ampliaram isenções

As dificuldades do governo para fechar o caixa contrastam com as isenções de impostos concedidas a diversos setores da economia. Ao analisar as contas da Presidência da República, o ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União, constatou que, em 2023, o Tesouro deixou de receber R\$ 518,9 bilhões — um crescimento (sem correção da inflação) de 8,2%

em relação a 2022. A lei aprovada pelo Congresso que renovou a diminuição de contribuições previdenciárias de 17 setores da economia e beneficiou 96% das prefeituras deve gerar, este ano, um buraco de R\$ 15,5 bilhões. Ao editar a medida provisória que restringiu o uso de créditos do PIS/Cofins, o governo alegou a necessidade de cobrir este rombo.

### Exigências

O TCU frisou que a lei, que chegou a ser vetada pelo presidente Lula (PT), descumpriu exigências como a de estimar o valor da renúncia fiscal e a indicação de medidas para compensar as perdas de arrecadação. O veto presidencial foi derrubado pelo Congresso.

### Aos poucos

O governo conseguiu liminar no Supremo Tribunal Federal para suspender a lei, mas, diante de protestos de políticos e empresários, obteve um prazo de 60 dias para buscar uma solução. Depois, conseguiu um acordo para a volta gradual da cobrança a partir de 2025.

Divulgação/Senado



TCU propõe contrapartidas para beneficiados

## Menos impostos, menos empregos e menos salários

Dados do TCU indicam que a desoneração dos 17 setores gerou, desde 2012, uma perda de R\$ 148 bilhões. Ressaltam também que o objetivos de aumento de competitividade e de preservação de empregos não foram atingidos: entre 2015 e 2021, as empresas beneficiadas apresentaram retração de empregos e na massa sa-

larial, diferentemente do que ocorreu com setores não desonerados. Vital do Rêgo sugeriu a proibição de novas isenções e o aumento das atuais e a criação de contrapartidas para empresas beneficiadas, como manutenção ou aumento de empregos formais — caso contrário, os incentivos seriam retirados.

### Simple e agro

Dos R\$ 518,9 bilhões não arrecadados, 21,7% beneficiaram empresas inscritas no Simples. As que se dedicam ao agronegócio deixaram de pagar um total de R\$ 59 bilhões, 11,52% das isenções. Rendimentos isentos do imposto de renda de pessoa física foram 8,69% do total.

### Outros casos

O TCU apontou que outras leis sancionadas em 2023 também não levaram em conta a necessidade de respeito às normas orçamentárias, como os programas Minha Casa e Minha Vida e de Apoio à Cultura. Segundo os dados, as isenções cresceram a partir de 2020.

### CBF e denúncias

A CBF já começou a organizar um sistema de recebimento de denúncias relacionadas a todo tipo de fraude no futebol. O primeiro passo será contratar uma empresa encarregada de implantar o sistema, que será auditável e garantirá o anonimato dos denunciantes.

### Inspiração

Ontem, a coluna antecipou que o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, aceitara a sugestão do senador Carlos Portinho (PL-RJ) de criar um Distrito Denúncia para receber denúncias de manipulação. O projeto da entidade é inspirado na Fifa e na Conmebol.